

# 'Estabilidade, para enganar trabalhador'

## Delfim defende dois turnos para eleição

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Demagógica. Foi feita para enganar o trabalhador." Nestes termos reagiu ontem, depois de audiência com o presidente Sarney, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo, Antônio Rogério Magri. Ele comentava a proposta de estabilidade no emprego depois de três meses de trabalho, contida no projeto do deputado Bernardo Cabral. "Com uma estabilidade de três meses você espanta o País todo tipo de investimento, seja nacional ou estrangeiro", protestou Magri.

Depois de qualificar a proposta de Bernardo Cabral de "coisa estreita" e de dizer que todos sabem que ela não irá passar, Magri, durante entrevista à imprensa, pediu que lhe apontassem um país no mundo que tivesse garantia no emprego aos três meses de trabalho. "Aí eu fico quieto", arrematou, acrescentando que enviou outra sugestão ao relator da Comissão de Sistematização, a exemplo do que ocorre com os eletricitários de São Paulo, com a estabilidade ligada ao problema do seguro desemprego.

"Eu não estou acreditando no texto constitucional", disse o sindicalista informando que sua proposta prevê primeiro a advertência verbal, seguida da advertência escrita, da suspensão e, só então, a demissão. Com isto, que já ocorre em São Paulo, Magri acha que a demissão sem justa causa fica dificultada. Sindicato único, por categoria, salário justo e garantia de emprego são itens que devem constar da futura Constituição e pelos quais o movimento sindical irá trabalhar, garantiu o sindicalista.

O trabalho dos sindicatos junto aos políticos também foi defendido por ele, que condenou, no entanto, o uso dos sindicatos pelos partidos e acusou o PT de usar a CUT, enquanto facções do PC do B tentam usar a CGT. E garantiu que vai brigar para que isto não aconteça. Confiou-se absolutamente apolítico, mas justificou que o fato não representa um discurso "apolítico".

## Para Righi, o relator estragou tudo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"O relator simplesmente modificou o consenso, que vinha das subcomissões até a Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, sobre a destinação das Forças Armadas", afirmou, ontem o líder do PTB, Gastone Righi, dando todo apoio à manifestação do ministro do Exército.

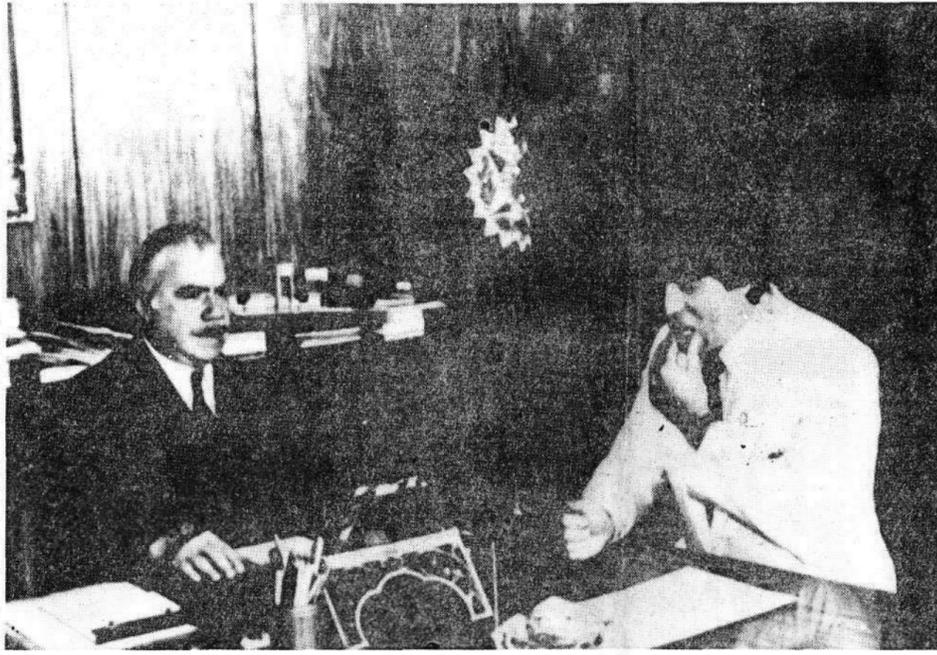
Para ele, "o general Leônidas tem toda razão para mostrar indignação, estupefação e surpresa pois as Forças Armadas têm acompanhado o trabalho da Constituinte, através de suas assessorias. Desde o começo, foi tranqüila e pacífica em termos de consenso a questão do papel das Forças Armadas. Não se justifica que o relator agora simplesmente modifique esse consenso. A quem interessa isso?"

"Se o ministro é militar, se o ministro é civil, isso pouco importa no parlamentarismo. Se o governo deixa de ser maioria, deixa de ser governo." Assim o deputado Victor Faccioni (PDS-RS), defensor do regime parlamentar de governo, comentou a manifestação do ministro do Exército.

Na sua opinião, "isso evidencia os desacertos de um sistema político que coloca, repetidamente, em confronto o Executivo e o Legislativo, como um todo ou por partes. No sistema parlamentarista, isso não acontece. O ministro não diz que o governo não se expressa pela maioria ou que a maioria não se expressa o governo. No parlamentarismo, o governo é da maioria. Quando esta deixa de ser exercida o governo deixa de ser governo".

"Ao reprimir a Assembleia Nacional Constituinte, o ministro do Exército equipara o Brasil à mais insignificante república, ao mesmo tempo em que agride a representação popular", afirmou ontem pela manhã o deputado Humberto Souto (PFL-MG).

Na sua opinião, o ministro "tem todo o direito de dar sua opinião sobre os acontecimentos políticos do País. E, porém, dever das Forças Armadas resguardar e proteger a soberania da Assembleia Nacional Constituinte e não dizer o que ela deve fazer em benefício do País".



Julio Fernandes

Após ver Sarney, Magri acusa projeto de estabilidade de Cabral de "demagógico"

## Relatório, o assunto do consultor

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, deve entregar na segunda-feira ao presidente José Sarney o relatório sobre o substitutivo do relator Bernardo Cabral, que foi classificado por ele de "lamentável no seu todo e absurdo em vários de seus artigos". Desse relatório irá sair uma emenda de Constituição, a ser negociada na Constituinte, propondo a instituição do regime presidencialista puro, com fortalecimento do Poder Legislativo.

De acordo com Saulo Ramos, o presidente Sarney, após uma cuidadosa análise do anteprojeto de Cabral, fixou-se numa determinação: "Não desejo transmitir o cargo ao meu sucessor sem que lhe dê garantias de que irá governar". Isso ele deixou claro ao reunir-se com Bernardo Cabral na quarta-feira. O regime parlamentarista proposto pelo

relator, concluiu Sarney, acabará com os poderes de um presidente, mesmo que tenha sido eleito por 40 milhões de votos. O consultor presenciou a conversa.

Hoje, o presidente Sarney se reunirá com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e deverá traçar a estratégia para apresentação da emenda. A idéia do Palácio do Planalto é que um deputado — provavelmente o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna — apresente-a, mas com o cuidado de não fazer parecer que se trata de uma interferência do Executivo na Assembleia. Ontem, o consultor Saulo Ramos insistiu em que o governo está apenas se colocando à disposição dos Constituintes, por entender que há imperfeições na proposta parlamentarista. As críticas que faz ao anteprojeto, disse, são pessoais, "do advogado Saulo Ramos".

Entre os absurdos apontados por ele está a inclusão de muitas maté-

rias que não são de ordem constitucional e o retrocesso verificado em alguns itens que devem constar da Carta. Nesse último caso, citou a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como defesa do trabalhador. A proposta de Cabral não faz nenhuma alusão à perda do valor que é depositado para o trabalhador correspondente ao tempo de serviço, quando o próprio Supremo Tribunal Federal (STF), já firmou jurisprudência reconhecendo desvantagens no ato do pagamento do fundo. Outra "irrealidade", disse, é a fixação de um prazo até o ano dois mil para erradicar o analfabetismo no Brasil. Um dos artigos do anteprojeto estabelece, ainda, a promoção e superação do preconceito racial no País, o que, na opinião de Saulo Ramos, deixa antever que já se admite essas práticas condenáveis. "Não se promove, deveria dizer apenas que não é admitido o preconceito, seja qual for", afirmou.

## Leônidas, o assunto do plenário

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Nunca houve ingerência do ministro do Exército nos trabalhos da Constituinte, cuja soberania não foi absolutamente ferida ou maculada. Com esta declaração, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, encerrou a sessão de ontem do Congresso, que durou (inesperadamente) duas horas e meia, tempo em que o general Leônidas Pires Gonçalves foi duramente criticado por alguns parlamentares e defendido por outros.

Os ataques ao ministro do Exército partiram dos "xilitas", que insistiram na tese de que os militares pressionam a Constituinte. Em defesa do general, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) frisou que todos os setores da sociedade têm o direito de se manifestar, inclusive as Forças Armadas. "Aqui não se discrimina o coque, não se discrimina a batina, a roupa do operário nem o termo do cidadão comum. Não se pode também discriminar a farda do Exército", disse o parlamentar.

Em seu pronunciamento, o líder Carlos Sant'Anna também foi contundente: "Acreditamos em quem viveu a história de ontem", pediu, referindo-se à reunião ministerial da véspera. De acordo com seu relato, o general Leônidas, durante o encontro promovido pelo presidente, chamou a atenção para um dispositivo do substitutivo de Bernardo Cabral



Alienar Monteiro

Cardoso Alves se exalta ao condenar a discriminação da farda

relativo aos ex-pracinhas. E destacou que, se aprovado, iria provocar grandes despesas para o Exército.

Nesse momento, o ministro fez um "pequeno comentário", ainda segundo o relato de Carlos Sant'Anna. O general disse que não entendia como o governo, que garante ter 80% dos constituintes, não se opunha a dispositivos claramente irregulares, como o dos ex-pracinhas. "Onde a intromissão? Onde a palavra mais contundente?", perguntou o líder governista. Em sua opinião, o tumulto registrado na sessão de ontem era apenas um reflexo emocionado do noticiário sobre o que o ministro falara na reunião com o presidente Sarney.

"O que ele fez foi mais um desabafo de quem até não está muito enfiado nos trabalhos da Constituinte, pois todos sabemos que esse

novo substitutivo não representa o pensamento dos parlamentares; ainda será muito alterado na Comissão de Sistematização e, depois, no plenário", destacou Sant'Anna, imediatamente apertado pelo relator Bernardo Cabral, presente no plenário desde o início da sessão. "Ainda bem que estou ouvindo v. exa", disse Cabral, lembrando sua amizade de 30 anos com o general Leônidas. Afirmando ainda que o líder governista restabeleceu a verdade dos fatos. Esta vez, disse, a tensão registrada entre os parlamentares até aquele momento acabou. Depois que Carlos Sant'Anna deixou a tribuna ninguém mais pediu a palavra e o senador Wilson Martins conseguiu, finalmente, às 17 horas, encerrar uma sessão que, como de costume, não deveria durar mais que cinco minutos, cumprindo apenas formalidades.

## O povo e a política

GUSTAVO KRAUSE

O Brasil é um dos mais modernos países do chamado Terceiro Mundo. Com certeza, o mais moderno da América do Sul. Em compensação, está entre os campeões em contrastes sociais e marcha em direção ao futuro acicatado por profundas contradições.

A maior contradição é a falta de harmonia entre a estrutura econômica, predominantemente moderna, e uma superestrutura política, predominantemente arcaica. Trocando em miúdos, é o desencontro entre a sociedade e a classe política. E o desencontro do povo com a política, na forma como é praticada, por nós, os políticos.

O último ciclo autoritário agudizou este processo. Os saltos aléticos da economia não responderam às questões sociais básicas do povo brasileiro. O povo continuou amargando duas pobreza: a pobreza da participação econômica nos benefícios gerados; a pobreza da participação política no esforço da construção democrática.

A pobreza é, pois, um fenômeno bifronte: tem uma face econômica e uma face política. Por esta razão, a incerteza ronda a consolidação do

regime democrático, obra de engenharia política porque tem na base uma caixa preta abrangendo 30 milhões de párias. Como ronda objetivos de justiça social, porque a distribuição da riqueza não é obra da generosidade humana. Antes, resulta da pressão exercida pelos cidadãos através da sua força política, devidamente organizada. Pode-se, pois, afirmar que o povo é pobre porque não participa e não participa porque é pobre.

No entanto — reconheça-se — a sociedade brasileira mudou. E mudou muito, ela é hoje, demograficamente urbana e se contrapõe a uma representação parlamentar de origens prevalentemente rurais. Seguem retóricos, bacharelescos e vazios, frente a uma comunidade pragmática, atenta ao desempenho e aos resultados. Temos ainda em não prestar atenção às demandas que surgem, socialmente organizadas, e permanecemos a praticar uma política paternalista, clientelista e personalista.

Aliás, o paternalismo, o clientelismo e o personalismo são filhos legítimos e iléticos do patronalismo: o vezo político que permite a nossa História e leva muitos a não fazer a distinção essencial entre a "res pública" e a coisa privada.

Será que num quadro desalentador de dessintonia, como o que vivemos, os representantes são a cara dos representados? Certamente não. E seguramente sofre mais rudemente, a classe política, do desprestígio e da falta de credibilidade. Chegamos — é lamentável — ao fundo do poço. É a opinião pública que verbera, repugnada com os métodos e com os gestos. Não lembra, sequer, que a falência da classe política é o ambiente fecundo para as aventuras totalitárias.

A contradição entre o povo e a política atinge o clímax no exato e crucial momento da reconstrução institucional do País e de sua definição de identidade em relação ao futuro.

É uma chance imperdível para a classe política ressurgir ou para afundar ainda mais. O povo está de olho na Assembleia Nacional Constituinte. Perplezo — é bem verdade — diante de um monstro parido nas comissões temáticas. 500 artigos, produtos de uma catarse reivindicatória desenfreada e superpostos no mais descabido formalismo.

Este laboratório de esperanças — a Constituição — não pode deixar ao povo a opção de conviver com um monstro. Frankenstein, ou, na melhor hipótese, Quasimodo, o corcunda de Notre Dame.

Ainda bem que uma parcela da classe política percebeu o desastre. Constituição é (ou deve ser) coisa de respeito. Duradoura, consistente. Caso contrário o povo dará o troco. E o implacável tribunal da História condenará todos às profundezas do inferno.

Ainda bem que apareceram os grupos interpartidários, a sombra dos formalismos institucionais e partidários e à margem do trepidante plenário da Constituinte. Em nome do respeito que merece o eleitor, negociam responsabilmente, custodiando as convergências e construindo os espaços de consenso, indispensáveis à durabilidade da Carta Magna.

Mais do que consensos eventuais, os grupos interpartidários surgem para o futuro — quem sabe — novas configurações mais sólidas e ideologicamente mais nítidas. Na medida em que fazem propostas convergentes sobre os grandes temas nacionais, redeseñam uma Constituição mais coerente com as expectativas da nação brasileira. E, assim, podem reacender a esperança da reconciliação entre o povo e a política.

Gustavo Krause é ex-governador de Pernambuco

O deputado Delfim Netto defendeu ontem, em São Paulo, o sistema de eleição em dois turnos para a Prefeitura da Capital no próximo ano. Propôs ainda a adoção do voto distrital, "mesmo que seja misto". Em sua opinião, com as novas regras "nós teremos as condições suficientes para contar com um sistema partidário sólido".

"A introdução do parlamentarismo complementar, obrigando o Estado a se organizar", acrescentou o deputado, para quem "o Brasil será então uma democracia estável e responsável". Delfim considera importante que o PDS lance candidaturas próprias à sucessão de Jânio Quadros e às principais prefeituras do interior paulista. Mesmo assim, admite apoiar um único representante das forças liberais, se houver necessidade de um acordo partidário para a derrota dos adversários, principalmente do PMDB.

Sobre os setores que criticam radicalmente a volta do Brasil ao FMI, o ex-ministro insistiu em que "a Nação tem de entender que o Fundo é um clube criado pelo Brasil e que ajuda seus membros". Lançando far-

pas aos seus adversários, Delfim lembrou que a França foi ao FMI e perguntou: "Será que o francês é menos patriota que o brasileiro? A Inglaterra foi ao Fundo. Será que o inglês é menos inteligente que o brasileiro?" Depois, com ironia, acrescentou: "Burra mesmo é a esquerda que está aí. Ela faz isso para impedir que o Brasil realize o seu destino. Por que? Porque ela quer transformar o Brasil num grande Moçambique".

Delfim Netto criticou duramente a interferência do deputado Ulysses Guimarães no governo federal, frisando que isso é algo "absolutamente inaceitável. Os peemedebistas indicam nomes, obtêm as vantagens do poder e depois não têm responsabilidade nos desastres que produzem. Quando vejo o PMDB impedir o Executivo de agir, fico triste, porque o governo é que será responsabilizado".

Ainda sobre os dirigentes peemedebistas, Delfim disse que "eles estão agindo à sucauta, durante a noite. Reunidos no clube do poire, influenciam, modificam, alteram e simplesmente mandam fazer. Quando dá errado, dizem apenas: 'paciência'".

## "Como está, eu não o votaria", diz Brossard

CARLOS CHAGAS

"Tal como está, eu não o votaria. As mutilações são impressionantes. Se aprovado assim, servirá para comprometer a tese".

É de um parlamentarista histórico, o ministro Paulo Brossard, o comentário acima, referente ao capítulo que trata do sistema de governo, no projeto Bernardo Cabral. Desde os bancos escolares que ele se ligou umbilicalmente à defesa do parlamentarismo, sob inspiração de Raul Pilla.

Maior petardo não poderia cair sobre a proposta semiparlamentarista constante do texto que a Comissão de Sistematização começa a emendar na próxima semana, para remeter ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte até 17 de setembro. A expectativa de Brossard é de que, na impossibilidade de se adotar o parlamentarismo clássico, o mínimo a fazer será promover a permanência do sistema presidencialista.

Repete-se, em 1987, cena verificada em 1961. Em agosto daquele ano, após a surpreendente renúncia de Jânio Quadros, e imaginando evitar profunda crise militar, o Congresso votou em poucas horas a alteração do sistema de governo, implantando um parlamentarismo igualmente híbrido e desconexo. A emenda parlamentarista de Raul Pilla viu-se desfigurada e levou o velho líder do Partido Libertador a dramático pronunciamento, onde anunciou que votaria contra, como votou. A mesma coisa acontece agora. O ministro da Justiça vinha mantendo discreto silêncio, desde fevereiro, sempre que se discutia a mudança do sistema de governo. Como parlamentarista, não queria opor-se à tese, mas, como integrante de um governo presidencialista, entendia também não poder manifestar-se.

Desde quarta-feira, as coisas mudaram. Brossard vê grave perigo na proposta de Bernardo Cabral, tal como está posta, pois não se trata nem de presidencialista nem de parlamentarista. Exprime miscelânea capaz de levar o País a graves conflitos.

"É preferível que não se faça nada, a ser feita mudança desse teor", disse, na quinta-feira, depois da reunião do Ministério, foi almoçar com o presidente José Sarney e alguns ministros, no restaurante do Palácio do Planalto. Lá, tiveram oportunidade de examinar o assunto, tendo o ministro da Justiça acentuado ao presidente sua posição contrária ao projeto Bernardo Cabral, nesse e em outros itens. O parlamentarismo continua sendo, para ele, o melhor sistema de governo, mas, a ser adotado, seria preciso ampla preparação, através de um debate nacional, bem como severa observância de suas regras fundamentais. Na realidade, para Brossard, tem-se a impressão de que um determinado grupo constituinte deseja apenas reduzir os poderes de Sarney, em represália a ele. Em função disso, coloca em risco as estruturas do regime e da Nova República. Gostaria de ver o Brasil sob um sistema parlamentarista, mas puro e ortodoxo. A fórmula mista é o que de pior nos poderia acontecer.

Arma-se o governo, como vimos noticiando, para obstar a aventura do sistema misto. Enquanto o deputado Marco Maciel reumem-se para tratar da redação de emenda que restabeleça o presidencialismo no projeto Bernardo Cabral, o Palácio do Planalto também trabalha nesse sentido. O consultor-geral da República, Saulo Ramos, redige um texto capaz de sensibilizar a maioria da opinião constituinte, que seria encaminhado através dos líderes do governo. Há que aprimorar o presidencialismo e dar ao Congresso não apenas mais poderes, porém, mais responsabilidades e participação, também. Isso nada tem a ver com a implantação de um sistema misto, já que importará concentrar a chefia do Estado e a chefia do governo em mãos do presidente da República. A próxima batalha deverá ferir-se na Comissão de Sistematização, até 17 de setembro. Imagina-se que a emenda presidencialista, talvez resultante de uma fusão do texto dos presidentes do PMDB e do PFL e do texto de Saulo Ramos, possa ser aprovada pela maioria dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização. Assim, iria para discussão em plenário o sistema presidencialista. Quem fosse parlamentarista precisaria reunir 279 votos (metade mais um dos constituintes) para restabelecer a tese, coisa considerada difícil. Quer-se evitar a equação às avessas, isto é, que os presidencialistas precisem, no plenário, juntar o mesmo número de votos para derrubar o parlamentarismo.

O projeto Bernardo Cabral continuava ontem levantando restrições em diversos setores, tendo verberado outros títulos e capítulos, não apenas o referente ao sistema de governo. De todos os segmentos sociais surgem críticas e ponderações, inclusive dos militares, cujo sentimento foi expresso pelo ministro do Exército na recente reunião do Ministério. Sua intervenção não se deveu a um arroubo de indignação ou a uma reação de última hora. Sabe-se que cada palavra do general Leônidas Pires Gonçalves foi meditada e pesada, apesar da emoção com que se manifestou. Terá consultado, antes, os principais generais, como, também, os ministros da Marinha e da Aeronáutica. Falou por todos.

Como não podia deixar de acontecer, surgiram restrições, menos ao conteúdo das palavras do ministro do Exército do que ao fato de ele ter falado. Dúvidas surgiram a respeito do papel dos militares na Nova República, que, para muitos, não deveria envolver participação em questões políticas e institucionais, mas, apenas, obediência. E preciso, porém, atentar para certas peculiaridades do episódio. Tendo se pronunciado numa reunião sigilosa, sem a presença da imprensa, o general teve seu pronunciamento divulgado em todos os jornais, estações de rádio e televisão. Foi decisão pessoal de Sarney fazer chegar à opinião pública aquelas ponderações. Pediu ao porta-voz, Frota Netto, que reunisse os jornalistas com essa finalidade. O que significa, com certeza, entrosamento e concordância prévia entre o poder civil e o poder militar.

## Banespa nega acusação contra vice-presidente

O Banespa divulgou ontem à tarde nota oficial de esclarecimento informando que o cidadão João de Oliveira, que tem 88 títulos protestados na praça e 170 ações contra ele, não é o vice-presidente do banco João de Oliveira, mas um homônimo. A denúncia contra o vice-presidente do Banespa foi feita pelo deputado Hatiro Shimomoto (PDS), durante depoimento prestado pelo presidente da instituição, Otávio Ceccato, à Comissão de Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, que apura irregularidades na Corretora Banespa. Explica a nota que o João de Oliveira vice-presidente do Banespa é brasileiro, nascido em Campos Novos (SP), no dia 2 de junho de 1927, filho de Amaro de Oliveira e Maria Silvia de Oliveira, CIC n.º 005.367.769/20 e RG n.º 3.357.080, expedido em 30 de junho de 1982 pela Secretaria de Segurança Pública. Acrescenta a nota que, ao contrário

da denúncia, Oliveira não é separado judicialmente de Sandra Marcelina de Oliveira e de Rita Barbosa de Oliveira, uma vez que é casado em primeiras núpcias, desde 10 de fevereiro de 1959, com dona Clacy Tomás de Oliveira. Tampouco, ressalta, se refere ao vice-presidente do banco a ação ordinária de despejo distribuída em 30 de junho de 1987, citada pelo deputado, porque o acusado reside em imóvel próprio há dois anos. Finalmente a nota revela que João de Oliveira fez carreira no Banco Nacional, onde se aposentou como diretor em junho de 86, após 31 anos de serviço, assumindo depois o cargo atual no Banespa. O Departamento Jurídico do Banespa está fazendo um levantamento para posterior divulgação, sobre as falcatruas do homônimo de João de Oliveira, que incluem golpes contra Sunab, Iapas e Caixa Econômica Federal.